ANAIS DO
V ENCONTRO DE
PESQUISA JURÍDICA
O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –
SÉRIE ESPECIAL:
O DIREITO E AS NOVAS TECNOVOLOGIAS
Anhanguera

A CONSTITUIÇÃO: FUNDAMENTO JURÍDICO E GARANTIA DE DIREITOS

Autor(res)

Cintia Carla Batista
Suellen Campos Pedroso
Vamberth Soares De Sousa Lima
Andrezza Soares Garcia

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A Constituição Federal representa o pilar fundamental do ordenamento jurídico brasileiro, estabelecendo as bases estruturais do Estado, os direitos e garantias fundamentais, além de regular as relações entre os poderes e os cidadãos. Promulgada em 1988, a atual Constituição se destaca pelo caráter democrático e pelo compromisso com a proteção dos direitos humanos, consolidando o Brasil como um Estado Democrático de Direito. Sua elaboração envolveu ampla participação popular e refletiu o anseio por justiça social e igualdade após um longo período de regime militar. A Constituição não só organiza os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, mas também define os princípios norteadores da administração pública e os direitos sociais, políticos e econômicos. Em um contexto de constantes transformações sociais e tecnológicas, a interpretação constitucional deve se adaptar para garantir a efetividade dos direitos e acompanhar as demandas contemporâneas. Assim, o estudo da Constituição se re

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a Constituição Federal de 1988, destacando sua relevância jurídica e social, bem como sua capacidade de adaptação às novas demandas tecnológicas e sociais.

Material e Métodos

Para a elaboração deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com foco na Constituição Federal de 1988 e em doutrinas jurídicas especializadas em Direito Constitucional. Foram utilizados artigos acadêmicos, livros de referência e decisões judiciais que abordam a evolução e a aplicação prática dos preceitos constitucionais. A metodologia adotada inclui a análise crítica dos principais dispositivos constitucionais e o estudo das alterações introduzidas por emendas constitucionais ao longo dos anos. Além disso, foram considerados debates doutrinários contemporâneos que refletem os desafios impostos pelas novas tecnologias e pela transformação digital. A abordagem qualitativa permitiu identificar tanto a rigidez dos princípios constitucionais quanto a flexibilidade interpretativa necessária para adaptar-se às novas demandas sociais.

Resultados e Discussão

A Constituição Federal de 1988 consolidou importantes avanços sociais e jurídicos, garantindo direitos fundamentais e estruturando a organização do Estado. Entre os principais resultados observados, destaca-se o fortalecimento da democracia e a proteção dos direitos humanos. Contudo, a evolução tecnológica apresenta novos desafios ao Direito Constitucional, especialmente no que tange à privacidade, à proteção de dados pessoais e ao exercício da cidadania digital. A interpretação constitucional precisa evoluir para garantir que os direitos assegurados permaneçam efetivos diante das novas realidades digitais. Exemplos recentes incluem o reconhecimento do direito à proteção de dados como fundamental, com a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Essa adaptação demonstra a capacidade da Constituição de incorporar demandas emergentes sem perder sua essência democrática.

Conclusão

A Constituição Federal de 1988 permanece como um instrumento vital para a manutenção do Estado Democrático de Direito, garantindo a proteção dos direitos fundamentais e estruturando os poderes estatais. Diante das transformações sociais e tecnológicas, sua interpretação dinâmica se revela imprescindível para assegurar a efetividade jurídica e a proteção dos cidadãos em um contexto digital cada vez mais complexo.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 10 maio 2025.
SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.
BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e Aplicação da Constituição: fundamentos e métodos. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.